Representação Social: uma genealogia do conceito

Marcos Alexandre

Introdução

O objetivo desse trabalho é apresentar a teoria das representações sociais como uma referência para os estudiosos da Psicologia Social, a partir da contribuição das proposições de Serge Moscovici, especialmente no que se refere ao ramo da cognição social.

O texto aborda o conceito de representação social a partir da idéia da "representação coletiva", desenvolvida por Durkheim, apresentando um breve histórico da teoria, sua importância e abrangência no universo da Psicologia Social, através de uma visão panorâmica de sua evolução, passando pela Escola de Frankfurt, até chegar aos dias de hoje com Moscovici.

Dentro de uma perspectiva transdisciplinar, as representações sociais, no presente artigo, surgem como um campo multidimensional, possibilitando questionar a natureza do conhecimento e a relação indivíduo-sociedade. A contribuição da Psicologia Social é analisada, sendo focalizada a vocação dessa disciplina para estudar as representações simultaneamente como campo socialmente estruturado e núcleo estruturante da realidade social.

Comum - Rio de Janeiro - v.10 - nº 23 - p. 122 a 138 - julho / dezembro 2004

Um breve passeio pela história

O processo histórico é contínuo, porém não linear. Ele não pode ser comparado a uma linha reta, pois possui avanços e recuos, mudanças de rumos, idas e vindas. Os acontecimentos de hoje possuem relações com os fatos passados, as rupturas históricas não surgem da noite para o dia, mas sim através de um lento e gradual processo, o qual chamamos de histórico[1]. Correlacionar passado, presente e futuro, de uma maneira linear, na maioria das vezes mais obscurece o desenvolvimento de determinada questão do que esclarece. Por isso optamos por apresentar a evolução das representações sociais através de um relato fragmentado, procurando demarcar os pontos de maior e menor convergência com a sociologia e a teoria crítica da escola de Frankfurt.

A partir de uma visão reducionista e de uma perspectiva de dicotomia entre o individual e o social, a Psicologia ficou com o estudo do indivíduo e a Sociologia com o estudo da sociedade. Esta visão foi consolidada ao longo dos anos, de tal forma que inúmeros teóricos conhecem o estudo de Wundt (considerado o precursor da Psicologia como ciência independente) sobre Psicologia Individual, mas desconhecem os trabalhos desse mesmo estudioso sobre os temas hoje classificados como Psicologia Social[2].

O conceito de representação coletiva nasceu na sociologia, nos estudos de Durkheim. Foi empregado na elaboração de uma teoria da religião, da magia e do pensamento mítico. O sociólogo argumentou que esses fenômenos coletivos não podem ser explicados em termos de indivíduo, pois ele não pode inventar uma língua ou uma religião. Esses fenômenos são produto de uma comunidade, ou de um povo[3].

A separação entre o indivíduo e o social não é um processo exclusivo da Psicologia. Durkheim[4], ao propor tal divisão procurava dar conta de um todo, mas se fundamentava em uma concepção de que as regras que comandam a vida individual (representações individuais) não são as mesmas que regem a vida coletiva (representações coletivas).

Mas devemos fazer uma distinção entre representações sociais e coletivas, como definidas por Durkheim. Sperber[5], faz uma analogia com a medicina, dizendo que a mente humana é susceptível de representações culturais, do mesmo modo que o corpo humano é suscetível a doenças. Ele apresenta a seguinte classificação: coletivas - representações duradou-

ras, tradicionais, amplamente distribuídas, ligadas à cultura, transmitidas lentamente por gerações, comparadas à endemia; sociais - típicas de culturas modernas, espalham-se rapidamente por toda a população, possuem curto período de vida, semelhante aos "modismos" e se comparam à epidemia.

Para Moscovici[6], o conceito de representação social tem origem na Sociologia e na Antropologia, através de Durkheim e Lévi-Bruhl. Também contribuíram para a criação da teoria das representações sociais, a teoria da linguagem de Saussure, a teoria das representações infantis de Piaget e a teoria do desenvolvimento cultural de Vigotsky.

A teoria das representações sociais pode ser considerada como uma forma sociológica de Psicologia Social[7]. A expressão é mencionada pela primeira vez por Moscovici, em seu estudo sobre a representação social da psicanálise, que recebeu o título de *Psychanalyse: son image et son public.* Nesta obra, Moscovici apresenta um estudo onde tenta compreender de que forma a psicanálise, ao sair dos grupos fechados e especializados, adquire uma nova significação pelos grupos populares. O que motivou Moscovici a desenvolver o estudo das representações sociais dentro de uma metodologia científica foi sua crítica aos pressupostos positivistas e funcionalistas das demais teorias que não explicavam a realidade em outras dimensões, como é o caso da dimensão histórico-crítica.

Grande parte dos teóricos da Psicologia Social, anteriores à Segunda Guerra Mundial, fez distinção entre o individual e o coletivo (compreendido como cultura ou sociedade). A razão para tal procedimento era a crença, por parte dos estudiosos, de que as leis que explicavam os fenômenos coletivos eram diferentes do tipo de leis que explicavam os fenômenos individuais.

Os psicólogos sociais reconhecem a ênfase cognitivista dada aos seus estudos e pesquisas, após a Segunda Guerra Mundial, em detrimento da orientação behaviorista existente no período que antecedeu o maior conflito militar do século XX.

A mudança dos conceitos teóricos, do behaviorismo para o cognitivismo, é decorrente das pesquisas de vários estudiosos, com destaque ao impacto trazido pelas idéias gestaltistas elaboradas por Fritz Heider, Solomon Asch e Kurt Lewin[8]. A eles é creditado o pioneirismo de iniciadores da Psicologia Social moderna, assim como a formação de um ramo da produção científica, a cognicão social.

A contribuição de Asch à Psicologia Social é reconhecida a partir de suas pesquisas sobre a influência social e percepção de pessoas. Para ele, a influência social é entendida como um conflito cognitivo, isto é, conflito que se origina entre informações adquiridas diretamente pelo indivíduo e aquelas transmitidas por seu ambiente social. No que diz respeito à percepção de seres humanos, Asch iniciou uma extensa linha de trabalhos, além de promover estudos sobre diversos temas, como representação de conjuntos, suas complexidades e diferenciações.

A Lewin é creditada a proeza de considerar, nas explicações do comportamento, as representações subjetivas das situações estimuladoras. Ele destacou a maneira individual de como as informações sobre o meio ambiente são tratadas por um sistema cognitivo e como sujeito a elas dá um significado pessoal[9].

A concepção de ciência que rege o nascimento da Psicologia como disciplina independente, a qual apresenta os chamados processos psicológicos como passíveis de experimentação, procura romper com um certo romantismo filosófico que acompanhou as pesquisas sobre o sujeito e o subjetivo ao longo do processo histórico.

Para Forgas[10], os postulados que orientam a "moderna" Psicologia Social são aqueles baseados numa visão do homem como ser pensante e processador de informações geradas no meio social. Essas informações seriam produzidas diretamente por nós, por terceiros, por nossa memória, veiculadas ou não pela linguagem, fornecidas no percurso de nossas relações com outras pessoas ou grupos.

Na Psicologia, o conceito de representação social foi resgatado pela vertente sociológica da psicologia européia. O estudo da representação social marca uma mudança no eixo tradicional das pesquisas em Psicologia Social, que se concentravam, principalmente, na tradição behaviorista (legado de Watson) de verificação de comportamentos observáveis. Durante muitos anos, os conteúdos implícitos do comportamento humano foram pouco trabalhados pela Psicologia por, supostamente, não estarem dentro do âmbito de estudo desta ciência. A corrente behaviorista detinha a hegemonia não só da Psicologia Social como em todas as áreas da ciência psicológica.

A contribuição da vertente francesa à Psicologia está fundamentada na ampliação dos objetivos e limites da Psicologia Social, alcançando bons resultados na compreensão do processo da elaboração psicológica e social

da realidade, integrando aspectos explícitos e implícitos do comportamento à explicação das condutas.

Moscovici resgata do emaranhado de conceitos sociológicos e psicológicos a definição de representação social, que para ele é "uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre os indivíduos."[11].

Os estudos teóricos têm dado ênfase aos temas relacionados ao indivíduo, quase sempre isolado do seu contexto sócio-cultural e histórico. Esse procedimento limita a solução dos problemas que afetam as populações dos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento, prejudicando a sistematização de novos conhecimentos no campo da psicologia social e comunitária, os quais seriam importantes para a melhoria da realidade sócio-econômica e cultural dessas nações[12].

Psicologia Social, um campo abrangente

Forgas[13], questionando o atual modelo cognitivista utilizado pelos psicólogos sociais, argumenta que o comportamento social não pode e nem deve ser explicado apenas em termos de processamento de informações. Para ele, os conhecimentos gerados pelos estudos com orientação cognitivista são recursos indispensáveis que devem ser incorporados à Psicologia Social, pois considera esta ciência como um "campo mais abrangente, destinado a entender o comportamento socialmente motivado e normatizado", não apenas o estudo de como isoladamente o indivíduo maneja as informações para dar sentido aos estímulos sociais que lhe são apresentados.

Para Forgas, "campo mais abrangente" é a tentativa de situar a disciplina como uma área cujos estudos devam buscar respaldo teórico em outras disciplinas, principalmente na Sociologia, que, para esse autor, contribuiu de forma relevante para o avanço dos estudos psicológicos. No que diz respeito à cognição social, acredita que ela deva ir além dos fenômenos cognitivos e tentar abranger os valores, as motivações e outros temas parecidos, ao explicar o comportamento social.

O autor enfatiza a dimensão social ao considerar o conhecimento como algo inevitavelmente e profundamente social: "... nosso conhecimento é socialmente estruturado e transmitido desde o primeiro dia de nossas vidas, é colorido por valores, motivações e normas de nosso ambiente

social na fase adulta e as idéias, conhecimentos e representações são criadas e recriadas tanto ao nível social quanto individual."[14].

É uma modalidade particular porque não é todo "conhecimento" que pode ser considerado representação social, mas somente aquele que faz parte da vida cotidiana das pessoas, através do senso comum, que é elaborado socialmente e que funciona no sentido de interpretar, pensar e agir sobre a realidade. É um conhecimento prático que se opõe ao pensamento científico, porém se parece com ele, assim como aos mitos, no que diz respeito à elaboração destes conhecimentos a partir de um conteúdo simbólico e prático.

Aproveitando a oportunidade, também podemos ressaltar a preocupação assinalada por Farr[15] sobre o perigo a que os psicólogos estão expostos, ao não darem atenção à natureza social das cognições, quando teorizam sobre o comportamento social, restringindo-se a estratégias cognitivas individuais de processar informações do meio social. Uma solução encontrada pelo autor, no sentido de prevenir limitações teóricas do conhecimento psicológico na área social, seria a busca de interligação do modelo de psicologia de relações interpessoais de Heider às idéias de Mead, sobre a significação social da linguagem. Através desse posicionamento, onde a linguagem seria a chave para a Psicologia Social, os estudos apontam para os meios de comunicação entre os indivíduos, e não apenas para o processamento individual de informação, como acontece com a maioria das teorias sociais elaboradas sob a orientação cognitivista.

Sendo assim, a cognição social, isto é, o estudo das dimensões de natureza social que penetram os processos cognitivos, passaria a ser uma alternativa para recuperar a essência e a identidade da Psicologia Social moderna.

Nesse movimento de ordenação do mundo, a linguagem exerce papel de destaque, à medida que tipifica as experiências, dota-as de significado, categorizando-as numa totalidade dotada de sentido, através da construção de campos semânticos, que vão determinar o acervo social de conhecimento, o que por sua vez permite a "localização" e "manejo" dos indivíduos no campo social[16].

A linguagem, por ser flexível e expansiva, fornece a imediata possibilidade de objetivação de experiências. A ordem da linguagem, decorrente de seu processo de estruturação, acaba por imprimir uma ordenação às experiências e exteriorizações humanas. Ela tem origem e encontra sua referência primária na vida cotidiana. Das primeiras palavras e pinturas

rupestres, até às línguas atuais e suas formas escritas, podemos constatar a dimensão histórica e social dessa manifestação do saber humano.

Outro elemento essencial da realidade na vida cotidiana é a estrutura social. É através da sociedade, da interação e das relações pessoais, que o indivíduo encontra a expressão de sua subjetividade. No compartilhar da intersubjetividade, o ser humano adquire a certeza da realidade vivida e percebe a diferença entre a sua realidade e as outras. A estrutura social é compartilhada pela consciência do senso comum, porque se refere a um mundo que é comum a muitos indivíduos.

Outra contribuição ao desenvolvimento das ciências sociais e da Psicologia Social foi a linha de pesquisas da Escola de Frankfurt, através de um conjunto de idéias e interpretações da sociedade elaboradas durante a década de 1930 por um grupo de pesquisadores alemães, alguns dos quais haviam fundado em 1923 o Instituto de Pesquisa Social. Exilados a partir de 1933, espalharam-se pela Europa e alguns emigraram para os EUA, passando o Instituto a funcionar na Universidade de Colúmbia, em Nova Iorque, atualmente considerada uma das melhores no mundo nos estudos sobre a influência da comunicação de massa na sociedade. Entre eles encontravam-se grandes nomes das ciências sociais alemãs do século XX, como Max Horkheimer, Theodor Adorno, Herbert Marcuse e o psicólogo Erich Fromm, entre outros, em sua maioria procedentes de famílias judias, todos fugindo da perseguição nazista. Alguns dos antigos fundadores voltam para à Alemanha após a queda do regime nazista, retomando as atividades do Instituto em 1950. Entre os mais recentes membros da "escola" encontra-se Jürgen Habermas.

As idéias da Escola de Frankfurt giravam em torno de uma reavaliação e análise do marxismo que permaneceu no pensamento de quase todos como dominante na interpretação dos fatos sociais sem, no entanto, converter-se em posição dogmática. A "escola" não é uma escola no sentido tradicional. O termo representa, ao mesmo tempo, um grupo de intelectuais e uma teoria social específica, de origem marxista. Para eles, o valor de uma teoria depende de sua relação com a prática, ou seja, para ser relevante uma teoria social tem de estar relacionada a uma ação criadora, diversa do comportamento resultante da pressão de forças externas, remotas ao controle do homem, situação considerada característica do sistema capitalista. A prática se oporia, dessa maneira, à simples ação pela ação e estaria numa relação dialética com a teoria. É Horkheimer[17] que estrutura

os pontos fundamentais dessa linha de pesquisa ao publicar em 1937 o artigo "Teoria tradicional e teoria crítica", onde apresenta os princípios básicos da "teoria crítica".

A "teoria crítica" inicialmente repele os sistemas filosóficos tradicionais, dos quais o positivismo seria a expressão mais acabada. Basicamente, resultou das tentativas de vários pesquisadores, marxistas e não-marxistas, de recuperar as idéias filosóficas contidas na obra de Karl Marx, sobretudo as influências hegelianas de seu pensamento. Horkheimer aponta o conflito entre o positivismo e a visão dialética, denunciando o caráter conservador da filosofia de Augusto Comte e realçando a natureza emancipatória da sua teoria.

Qualquer que seja a diversificação na obra de cada um de seus representantes, a "teoria crítica" representa implícita ou explicitamente uma tentativa de superação das contradições e inconseqüências do marxismo ortodoxo, através de um retorno a Hegel e de um enriquecimento de algumas posições marxistas como: a dialética, a interpretação totalizante e o objetivo revolucionário de subversão do capitalismo e da classe burguesa. Seus pesquisadores, no entanto, distanciaram-se do marxismo em pontos essenciais, como o conceito central do trabalho, a ênfase na autonomia relativa da arte e da cultura, a rejeição da sucessão necessária do socialismo ao capitalismo, o abandono da idéia da consciência de classe proletária, por julgarem que o proletário como tal se diluía, ou se transformava numa categoria conformista e que devia ser substituída por outras forças progressistas, dentre as quais estavam os intelectuais.

O ponto fraco da "escola" foi sua rejeição, principalmente através de Adorno, de qualquer ontologia e da busca de um absoluto na história, o que explica muitas falhas na linha de pesquisa do Instituto. A migração para os EUA obrigou seus integrantes a algumas concessões. Por outro lado, o convívio com a sociedade norte-americana levou alguns, como Fromm e Marcuse, a modificarem seu pensamento. De qualquer maneira, a integridade intelectual do grupo marcou as ciências sociais e sua revisão do marxismo antecipou as de Sartre e Merleau-Ponty, alargando o âmbito da polêmica marxista na atualidade.

Dessa forma, a cognição social, isto é, o estudo das dimensões de natureza social dos processos cognitivos, passaria a ser uma alternativa para recuperar a essência e a identidade da Psicologia Social moderna.

Moscovici[18] definiu a Psicologia Social como a ciência do conflito entre o indivíduo e a sociedade. O indivíduo só existe dentro da rede social e toda sociedade é resultado da interação de milhares de indivíduos. Segundo Moscovici, são objetos de estudo da Psicologia Social: os fenômenos da ideologia (cognição e representações sociais) e os fenômenos de comunicação, todos vinculados aos diversos níveis das interações humanas.

O fundamental no estudo da Psicologia Social é o que ela tem de original, que é questionar a separação entre o individual e o coletivo, contestando a dualidade entre o psíquico e o social, sem deixar de compreendê-los como campos interdependentes.

A representação social torna-se um instrumento da Psicologia Social, na medida em que articula o social e o psicológico como um processo dinâmico, permitindo compreender a formação do pensamento social e antecipar as condutas humanas. Ela favorece o desvendar dos mecanismos de funcionamento da elaboração social do real, tornando-se fundamental no estudo das idéias e condutas sociais.

Para Durkheim[19], o papel da Psicologia Social seria o de estudar "de que modo as representações se atraem e se excluem, se fundem umas com as outras ou se distinguem." Por intermédio do aporte teórico da representação social, torna-se possível penetrar no cotidiano dos indivíduos, considerando seus valores e identidades culturais, buscando suas verdadeiras raízes e origens, proporcionando o descobrimento de aspectos antigos e novos de sua identidade.

As representações do mundo social são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. As lutas de representações têm tanta importância quanto as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os seus valores, o seu domínio.

A representação social, enquanto objeto de estudo da Psicologia Social, permite a articulação do social e do psicológico, tornando-se um instrumento de compreensão e de transformação da realidade.

A teoria das representações sociais

O conceito de representação social situa-se nas fronteiras entre a sociologia e a psicologia. A origem provém do termo "representação coletiva", desenvolvido por Durkheim[20]. Este sociólogo teorizou que as categorias básicas

do pensamento teriam origem na sociedade, e que o conhecimento só poderia ser encontrado na experiência social, ou seja, a vida social seria a condição de todo pensamento organizado e vice-versa. As representações coletivas designavam um conjunto de conhecimentos e crenças (mitos, religião, ciência...), que para Jodelet, trata-se de um conjunto, atualmente reconhecido pelos psicólogos sociais, para designar "... fenômenos múltiplos que se observam e que se estudam aos níveis de complexidade, individuais e coletivos, psicológicos e sociais variados."[21]. Durkheim propôs, como condição essencial na elaboração do conhecimento, a formação de conceitos que são repartidos pelos membros do grupo, com origem nas características da vida na coletividade.

Para o sociólogo, a individualidade humana se constitui a partir da sociedade. A "representação coletiva", segundo Durkheim[22], não se reduz à soma das representações dos indivíduos que compõem a sociedade, mas são, mais do que isso, um novo conhecimento é formado, que supera a soma dos indivíduos e favorece uma recriação do coletivo. Uma função primordial da "representação coletiva" seria a transmissão da herança coletiva dos antepassados, que acrescentariam às experiências individuais tudo que a sociedade acumulou de sabedoria e ciência ao passar dos anos.

É justamente nessa questão que Moscovici diverge de Durkheim e acrescenta novos elementos à elaboração do conceito de representação social. Para ele, não é apenas uma herança coletiva dos antepassados, que é transmitida de maneira determinista e estática. O indivíduo tem papel ativo e autônomo no processo de construção da sociedade, da mesma forma que é criado por ela. Ele também tem participação na sua construção[23].

As representações sociais são "um conjunto de conceitos, frases e explicações originadas na vida diária durante o curso das comunicações interpessoais"[24]. Segundo a definição apresentada por Jodelet[25], são modalidades de conhecimento prático orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideológico em que vivemos. São formas de conhecimento que se manifestam como elementos cognitivos (imagens, conceitos, categorias, teorias), mas que não se reduzem apenas aos conhecimentos cognitivos. Sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, contribuem para a construção de uma realidade comum, possibilitando a comunicação entre os indivíduos. Dessa maneira, as representações são fenômenos sociais que têm de ser entendidos a partir do seu contexto de produção, isto é, a partir das funções simbólicas e ideológicas a que servem e das formas de comunicação onde circulam.

Sendo formas de conhecimento, as representações sociais formam uma vertente teórica da Psicologia Social que faz contraponto com as demais correntes da Sociologia, Antropologia, Filosofia, História e Comunicação Social, que pesquisam sobre as questões do conhecimento. O interesse dessas disciplinas pelas questões da realidade e conhecimento é justificado pela existência de uma realidade social. Assim, o que é real para uma determinada cultura pode não ser para outra. O conhecimento classificado como verdadeiro pode ser visto diferentemente por categorias profissionais distintas. Conhecimento e realidade deverão ser compreendidos dentro de contextos sociais específicos e suas relações analisadas a partir destes contextos. A importância dessas disciplinas, para as representações sociais, se dá pelas diferenças observadas entre as sociedades em termos daquilo que é admitido como conhecimento.

O grande avanço na elaboração do conceito e teoria das representações sociais por Moscovici[26] foi a partir dos resultados de uma pesquisa realizada em Paris, com o objetivo de levantar as representações sociais de algumas categorias da população parisiense sobre a psicanálise. A escolha da Psicanálise, enquanto objeto de estudo das representações sociais, foi decorrência da sua grande difusão na Europa e nos Estados Unidos, proporcionando ao público um nível de informação ideal para a elaboração de opiniões e de representações sociais. A pesquisa comparou distintas categorias da população, englobando amostras representativas da população em geral, profissionais liberais, estudantes secundaristas e universitários.

Outro aspecto da compreensão do conceito de representação social é o seu papel na formação de condutas. É ela que modela o comportamento e justifica sua expressão. Moscovici[27] diz que a representação social é uma preparação para a ação, tanto por conduzir o comportamento, como por modificar e reconstituir os elementos do meio ambiente que o comportamento deve ter lugar. Para ele, o ser humano é um ser pensante que formula questões e busca respostas e, ao mesmo tempo, compartilha realidades por ele representadas. Com esta visão, Moscovici assinala sua concepção do social; uma coletividade racional, que não pode ser concebida apenas como um conjunto de cérebros processadores de informações que as transforma em movimentos, atribuições e julgamentos sob a força de condicionamentos externos.

Moscovici não aceita a idéia de que grupos e indivíduos estejam sempre e completamente sob o domínio ideológico de classes sociais, do estado, da igreja

ou de escolas. A verdadeira dimensão dos seres humanos seria a de pensadores autônomos e produtores constantes de suas representações, para quem as "ciências e as ideologias não são mais que alimentos para o pensamento"[28].

Explicitar como as cognições, no nível social, permitem a uma coletividade processar um dado conhecimento, veiculado pela linguagem, transformando-o numa propriedade impessoal, pública, permitindo a cada indivíduo seu manuseio e utilização de forma coerente com os valores e as motivações sociais da sociedade à qual pertence, foi mais um trabalho realizado por Moscovici[29]. Para ele, a Psicologia Social deve se interessar pela cognição social, isto é, pela criação, entre os seres humanos, das representações consensuais do universo.

O autor pressupõe a existência de dois universos de conhecimentos reconhecidos pela sociedade: um em que a sociedade vê a si mesma representada por especialistas em certas áreas do saber (físicos, psicológicos...) aos quais ela restringe o poder de falar sobre estes conhecimentos. De outro lado, reconhece a liberdade individual de seus membros se expressarem em diversas áreas do conhecimento (religião, política, educação...) e de se agruparem a partir de suas idéias em comum. Assim, enquanto o saber científico é estruturado como um universo onde os integrantes só possuem acesso a partir do nível pessoal de qualificação, o mundo onde predomina o senso comum é integrado por todos, amadores ou curiosos, que compartilham idéias e interpretações do mundo. É sobre este universo consensual que Moscovici[30] demarca a área de interesse da Psicologia Social, principalmente da cognição social, estudando a criação das representações consensuais.

As representações e a ordem social

Segundo Berger e Luckmann[31], no curso de sua contínua exteriorização, o homem produz a ordem social. A atividade humana objetivada é o mundo institucional. As instituições surgem das tipificações dos hábitos no decorrer de uma situação social que perdura no tempo. Para eles, todas as instituições são produto histórico e implicam controle social. A partir da historicidade, as instituições adquirem objetividade e passam a ser experimentadas como se possuíssem realidade própria.

"A ordem social existe unicamente como produto da atividade humana"[32]. Dessa forma, a vida cotidiana se apresenta como um mundo subjeti-

vamente dotado de sentido coerente. O mundo da vida cotidiana tem origem no pensamento e na ação dos homens, sendo apreendido como uma realidade ordenada segundo certos padrões que se impõem à cultura humana. Qualquer acontecimento que rompa essa ordenação é integrado a um setor que não pertence à realidade do dia a dia. Essa "integração" promoveria a distorção das "realidades estrangeiras"[33], na medida em que a linguagem utilizada para interpretá-las está apoiada nos campos de significação adquiridos através da experiência cotidiana.

A realidade da vida cotidiana é um mundo intersubjetivo, o mundo de que cada um participa junto com outros indivíduos. Essa participação inclui o compartilhar de atitudes naturais em relação ao mundo. "O mundo cultural não é só produzido coletivamente, como também permanece real em virtude do conhecimento coletivo. Estar na cultura significa compartilhar com outros de um mundo particular de objetividades"[34].

A estrutura social é outro elemento essencial da realidade da vida cotidiana. É por intermédio da sociedade, da interação e das relações pessoais que o indivíduo encontra a expressão de sua subjetividade. No compartilhar da intersubjetividade, o indivíduo adquire a certeza da realidade vivida e diferencia a realidade da vida cotidiana de outras realidades de que tem consciência. A atitude natural é aquela que é compartilhada pela consciência do senso comum, porque se refere a um mundo que é comum a muitos homens.

A formação das representações sociais a partir da realidade da vida cotidiana constitui uma grande força para que estas possam ser tratadas e reconhecidas como conhecimento pela sociedade. Isto porque a realidade da vida cotidiana apresenta-se como a realidade por excelência, já que, sendo decorrente das relações que o ser humano mantém no dia a dia com o mundo, possui um caráter predominantemente impositivo e urgente para a consciência. Sendo assim, o indivíduo experimenta a vida diária num estado total de atenção, que lhe permite apreendê-la de forma normal e natural[35].

Considerações finais

Em oposição aos procedimentos científicos dos psicólogos sociais norte-americanos de estudar especificamente um fenômeno e gerar

micro-teorias, Serge Moscovici formulou um conjunto amplo de proposições e integrou-as sob a denominação de representações sociais. Discordando do modelo da Psicologia Social americana, cuja ênfase recai sobre os processos individuais de trabalhar as informações, Moscovici busca decifrar os processos através dos quais o pensamento, um elemento primordial da cognição, torna-se consensual entre integrantes de um grupo ou comunidade.

Um dos primeiros desafios que se apresentam aos estudiosos das representações sociais é a sua conceituação. Diversos autores, que a ela se referem, citam trechos diferentes da obra de Moscovici para justificar e apoiar suas idéias ou então para fundamentar críticas dirigidas à teoria das representações. Assim, a complexidade, a abrangência e ausência de consenso, ao redor do conceito de representação social, facilitam críticas e oposição às formulações teóricas que buscam fundamentá-la.

Os estudos realizados por Moscovici e por outros autores da corrente da Psicologia Social Francesa, sobre o conteúdo, sentido e funções assumidas pela representação social como instrumento da avaliação dos grupos sociais, vêm reforçar a compreensão operacional de como as representações sociais são elaboradas coletivamente a partir da realidade cotidiana.

Quanto à investigação das condições sob as quais são produzidas as representações, parecem não existir maiores problemas. A este respeito deve-se ter o cuidado de investigar as origens e a quantidade de informações veiculadas num grupo ou comunidade, sobre um dado objeto social, bem como o conjunto de idéias dominantes, utilizado pelos integrantes, para se referir ao objeto. Estes estudos fornecem subsídios para que o cientista social possa desenvolver pesquisas com a finalidade de desvelar o pensar e o agir de grupos sociais, tendo como referencial a teoria das representações sociais.

Notas

1. BORGES, V. P. *O que é história*. 12ª. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
2. KUCHARSKI, S. Durante as aulas de Sociolingüística, no curso de mestrado em Psicologia Social da UGF, 1997.
3. Idem.
4. DURKHEIM, E. *Formas elementares da vida religiosa: o sistema totêmico na Austrália*. São Paulo: Paulinas, 1989.
5. SPERBER, D. *Anthropology and psycology: towards na epidimiology of representations*. Mann (news series), 1985, pp. 73-89.
6. MOSCOVICI, S. Prefácio. In: GUARESCHI, P. & JOVCHELOVITCH, S. (org.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994.
7. FARR, R. Representações sociais: a teoria e sua história. In: GUARESCHI, P. & JOVCHELOVITCH, S. (org.). *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994.
8. KRÜGER, H. Durante as aulas de Teorias da Psicologia Social, no curso de mestrado em Psicologia Social da UGF, 1998.
9. Idem.
10. FORGAS, J. P. What is social about social cognition. In: FORGAS, J. P. (ed.). Social cognition. London: Academic Press, 1981, pp.1- 26.
11. MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
12. GUARESCHI, P. A . & JOVCHELOVITCH, S. *Textos em representações sociais*. Petrópolis: Vozes, 1994.
13. FORGAS, J. P. What is social about social cognition. In: FORGAS, J. P. (ed.). *Social cognition*. London: Academic Press, 1981, pp.1- 26.
14. Idem, p. 2.
15. FARR, R. The social origins of the human mind: a historical note. In: FORGAS, J. P. (ed.). *Social cognition*. London: Academic Press, 1981, 247-258.
16. BERGER, P. L. & LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1987.
17. HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica. In: CIVITA, V. (coord.). *Textos escolhidos. Benjamin, Horkheimer, Adorno e Habermas*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
18. MOSCOVICI, S. Introduccion a el campo de la psicologia. In: MOSCOVICI, S. (ed.), *Psicologia social: influencia y cambios de actitudes, individuos y grupos*. Barcelona: Paidós, 1985.
19. DURKHEIM, E. As regras do método sociológico. In: *Durkheim, vida e obra* (Os pensadores). São Paulo: Abril Cultural, 1983, 203-245.
20. Idem.
21. JODELET, D. La representación social: fenômenos, concepto y teoria. In: MOSCOVICI, S. (ed.). *Psicologia social*. Paris: Press Universitaires de France, 1984, pp. 31-61.
22. CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
23. MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
24. MOSCOVICI, S. On social representation. In: FORGAS, J. P. (ed.). *Social cognition*. London: Academic Press, 1981, p. 181.
25. JODELET, D. La representación social: fenómenos, concepto y teoria. In: MOSCOVICI, S. (ed.). *Psicologia social*. Paris: Press Universitaires de France, 1984, pp. 31-61.
26. MOSCOVICI, S. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
27. Idem.

28. MOSCOVICI, S. On social representation. In: FORGAS, J. P. (ed.). S*ocial cognitio*n. London: Academic Press, 1981, p. 183.
29. MOSCOVICI, S. Introduccion a el campo de la psicologia. In: MOSCOVICI, S. (ed.). *Psicologia social: influencia y cambios de actitudes, individuos y grupos*. Barcelona: Paidós, 1985.
30. MOSCOVICI, S. On social representation. In: FORGAS, J. P. (ed.). *Social cognition*. London: Academic Press, 1981, pp. 181-209.
31. BERGER, P. L. & LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1987.
32. Idem, p. 76.
33. Ibidem, p. 52.
34. BERGER, P. L. *O dossel sagrado: elementos para uma teoria sociológica da religião*. São Paulo: Edições Paulinas, 1985, p. 23.
35. BERGER, P. L. & LUCKMANN, T. *A construção social da realidade*. Petrópolis: Vozes, 1987.

Resumo

O artigo aborda o conceito de representação social a partir da idéia da "representação coletiva", desenvolvida por Durkheim, apresentando um breve histórico da teoria, sua importância e abrangência no universo da Psicologia Social, através de uma visão panorâmica de sua evolução, passando pela Escola de Frankfurt, até chegar aos dias de hoje com Moscovici.

Dentro de uma perspectiva transdisciplinar, as representações sociais, no presente artigo, surgem como um campo multidimensional, possibilitando questionar a natureza do conhecimento e a relação indivíduo-sociedade. A contribuição da Psicologia Social é analisada, sendo focalizada a vocação dessa disciplina para estudar as representações simultaneamente como campo socialmente estruturado e núcleo estruturante da realidade social.

Palavras-chave

Representação Social, Psicologia Social, natureza do conhecimento.

Abstract

The article approaches the concept of social representation from the idea of the "collective representation", developed for Durkheim, presenting a historical briefing of the theory, its importance and comprehensiveness in the universe of Social Psychology, through a panoramic vision of its evolution, passing for the School of Frankfurt, until arriving at the present with Moscovici.

Inside of a perspective to transdisciplinar, the social representations, in the present article, appear as a multidimensional field, making possible to question the nature of the knowledge and the relation individual-society. The contribution of Social Psychology is analyzed, being focused the vocation of this it disciplines to study the representations simultaneously as field socially structuralized and nucleus estruturante of the social reality.

Key-words

Social Representation, Social Psychology, nature of the knowledge.